



LEI Nº 1.394 - SGAP/2001.

Dispõe sobre a Taxa de Manutenção dos Pontos de Iluminação pública, fixa os valores e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA,
faz saber que a Câmara Municipal **DECRETA** e **Eu Sanciono** a presente Lei.

Art. 1º. A Taxa de Manutenção dos Pontos de Iluminação -TMPI tem como fato gerador a prestação efetiva ou potencial dos serviços de manutenção dos pontos de iluminação das vias e logradouros públicos no Município, incidentes sobre imóveis construídos ou não.

§ 1º - A Taxa incidirá sobre imóveis localizados:

- a) em ambos os lados das vias públicas de caixa única, mesmo que as luminárias estejam instaladas em apenas um dos lados;
- b) ao lado em que estão instaladas as luminárias, no caso de vias públicas de caixa dupla;
- c) em ambos os lados das vias públicas de caixa dupla, quando a iluminação for central;
- d) em todo o perímetro das praças públicas, independentemente da distribuição das luminárias;

§ 2º - Nas vias públicas não iluminadas em toda a sua extensão, considera-se também beneficiado o imóvel que tenha qualquer parte de sua área dentro dos círculos cujos centros estejam localizados no poste mais próximo dotado de luminária, com raio de 60m (sessenta metros).

§ 3º - Considera-se via pública não dotada de iluminação pública em toda sua extensão, aquela em que a interrupção desse serviço, entre duas luminárias, for igual ou superior a 120 (cento e vinte) metros.

Art. 2º. Fica considerado um imóvel distinto para efeito de cobrança da TMPI cada unidade autônoma residencial, comercial ou industrial de consumo de

Cedei



energia, tais como: casas, apartamentos, salas, lojas, sobrelojas, boxes, terrenos, bem como qualquer outro tipo de estabelecimento ou divisão em prédio, qualquer que seja sua natureza ou destinação.

Art. 3º. Contribuinte da Taxa é o proprietário ou possuidor do imóvel a qualquer título em nome do qual se emitam guias para pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e/ou a conta de fornecimento de energia elétrica, relativamente ao mesmo imóvel, bem como o proprietário ou possuidor de imóvel rural beneficiário do serviço de Iluminação Pública.

Parágrafo Único. São também contribuintes da Taxa quaisquer outros estabelecimentos instalados permanentemente nas vias e logradouros públicos, destinados à exploração de atividade comercial ou de serviços.

Art. 4º. A Taxa de Manutenção dos Pontos de Iluminação - TMPI será devida em razão do custo de manutenção e melhoria dos pontos de iluminação das vias e logradouros públicos calculada em instrumento específico e cobrada da seguinte forma:

- a) Imóveis residenciais e unidades não construídas: R\$ 22,80 ou equivalente por ano;
- b) Imóveis comerciais: R\$ 91,68 ou equivalente por ano;
- c) Imóveis industriais: R\$ 123,60 ou equivalente por ano;
- d) Imóveis Rurais: R\$ 16,80 ou equivalente por ano;

Parágrafo Único. Os valores estabelecidos serão reajustados anualmente, a partir da publicação desta, pelo IGPD-1, Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas, acumulado no período, ou em caso de sua extinção por outro que venha substituí-lo.

Art. 5º. O produto da arrecadação da Taxa constituirá receita vinculada e destinada à manutenção das instalações para iluminação pública, bem como para a melhoria desses serviços.

Art. 6º. Aplicam - se aos contribuintes da TMPI, quanto a isenção, aos mesmos requisitos estabelecidos em Lei para a isenção do IPTU.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com concessionárias de serviços públicos para fins de cobrança e/ou arrecadação da TMPI em duodécimos mensais.

Cecília



Art. 8º. Ato do Poder Executivo disciplinará a cobrança da TMPI e a fiscalização a ser exercida pela Prefeitura Municipal de CAJAZEIRAS, assim como estabelecerá sanções pela inobservância do disposto nesta Lei. |

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário,

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – ESTADO DA PARAÍBA, em 21 de dezembro de 2001.

DR. CARLOS ANTONIO ARAÚJO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.395 - SGAP/2001

Altera a redação do Artigo 4º da Lei nº 1.239-GP/99, de 25 de maio de 1999, que Autorizou o Município de Cajazeiras – PB a participar de Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Piranhas – CISAP e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, Faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras **DECRETA** e Eu **SANCIONO** a presente Lei.

Art. 1º - O Art. 4º, da Lei nº 1.239-GP/99, de 25 de maio de 1999, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a destinar a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensais, oriunda de recursos do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, provenientes do teto livre – MAC – FAE – AIH, para fazer frente aos usuários que referenciaram o município no atendimento especializado a nível secundário e terciário".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e com efeito retroativo a 1º de dezembro de 2001.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – ESTADO DA PARAÍBA, em 21 de dezembro de 2001.

DR. CARLOS ANTONIO ARAÚJO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.397 - SGAP/2001

Abre Crédito Suplementar, para reforço de dotações no orçamento do exercício de 2001 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, Faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras **DECRETA** e Eu **SANCIONO** a presente Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar até o valor de R\$ 3.000,000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS), destinados a suplementação de dotações no orçamento vigente do Município, Lei Municipal nº 1.325 de 27 de dezembro de 2.000.

Art. 2º. Fica ainda o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar o remanejamento de recursos de que trata a presente Lei, de uma categoria de programa para outra, bem como anular total ou parcial as dotações orçamentárias necessárias à cobertura de créditos, conforme o que dispõe o inciso VI, do artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 3º. O crédito Suplementar de que trata o Art. 1º desta Lei, está autorizado de acordo com os artigos 7º e 43, parágrafo 1º, inciso I, II, III e IV, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor a partir de 30 de novembro de 2001, após sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – ESTADO DA PARAÍBA, em 21 de dezembro de 2001.

DR. CARLOS ANTONIO ARAÚJO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.398 - SGAP/2001

**Abre Crédito Especial para fins que
especifica e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA
PARAÍBA**, Faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras **DECRETA** e Eu
SANCIONO a presente Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado abrir
CREDITO ESPECIAL, no valor de R\$ 80.000,00(oitenta mil reais) destinado à
implantação de aterro sanitário com o objetivo de dar destinação à coleta de lixo
do Município.

Art. 2º. Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a
utilizar a seguinte classificação abaixo especificada:

2.060.00 - SEC. DE INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
10 - Habitação e Urbanismo
60 - Serviços de Utilidade Pública
325 - Limpeza Pública
1.19 - IMPLANTAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
4110 - OBRAS E INSTALAÇÕES R\$ 80.000,00

Art. 3º. Para cobertura do presente CRÉDITO ESPECIAL,
contará o PODER EXECUTIVO MUNICIPAL com recursos da UNIÃO a ser
transferido através de convênio.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se às disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS –
ESTADO DA PARAÍBA**, em 21 de dezembro de 2001.

DR. CARLOS ANTONIO ARAÚJO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.399 - SGAP/2001

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico do Município de Cajazeiras na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras **DECRETA** e **Eu SANCIONO** a presente Lei.

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico como sendo um Órgão Consultivo da Prefeitura Municipal de Cajazeiras.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico tem por finalidade assegurar a participação comunitária na elaboração, realização e implementação de políticas e diretrizes turísticas do Município, de modo a contribuir com a expansão e elevação da qualidade destes serviços, adequando-se às demais e a realidade local.

SEÇÃO I DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º. Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico compete:

I - Participar da elaboração e implementação da política de turismo;

II - Elaborar seu Regulamento Interno;

III – Participar da elaboração do Plano Municipal de Turismo, estabelecendo Diretrizes, Programas, Atividades e Metas a serem alcançadas;

IV – Aprovar, acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Turismo;

V - Participar da elaboração de programas orçamentários

Cardeas



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

anuais da área de Turismo procedendo posteriormente sua devida aprovação;

VI - Deliberar supervisionar e avaliar a captação e a aplicação dos recursos destinados ao turismo municipal;

VII - Estimular a participação comunitária incentivando a criação de comitês de turismo para fomentar esta atividade sustentável no âmbito local;

VIII - Acatar e dar cumprimento aos atos e resoluções de interesse do turismo que fixam doutrinas ou normas emanadas do Poder competente;

IX - Divulgar atividades deste Conselho e assuntos ligados a área, através da criação de um boletim, jornal ou qualquer Outro veículo de Comunicação;

X - Promover ou incentivar a integração de atividades produtivas locais, oportunizando contatos e aprendizagem com práticas turísticas de interesse municipal;

XI - Zelar pela observância das Leis e/ou normas no âmbito do turismo;

XII - Fiscalizar os programas e execução de normas específicas do turismo, dentro dos limites do Município;

XIII - Promover e cooperar na defesa e conservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município;

XIV - Apoiar atividades que visem a dinamização do turismo local como instrumento gerador de emprego e renda no âmbito local;

XV - Participar e propor eventos de turismo e culturais que visem a reciclagem-aperfeiçoamento e qualificação da população local;

XVI - Executar outras atividades correlatas.

SEÇÃO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º. O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO será paritário e terá 10 (dez) membros, ficando assim,

Cordão



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

constituído:

I - GOVERNO

- a) Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- b) Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) Um representante da Secretaria de Infra-Estrutura;
- d) Um representante da Secretaria de Governo e Articulação Política;
- e) Um representante do Poder Legislativo.

II – COMUNIDADE:

- a) Um representante da Igreja;
- b) Um representante da CDL;
- c) Um representante das Associações Comunitárias;
- d) Um representante do Sindicato Patronal;
- e) Um representante do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;

SEÇÃO III

DA FORMA DE ESCOLHA DOS MEMBROS

Art. 5º. O Secretário Municipal de Planejamento é membro nato do Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico, como representante da mencionada Secretaria.

Art. 6º. São membros componentes do Governo os representantes de Instituições Públicas e/ou Órgãos Governamentais como especifica o Art. 4º da presente Lei, os quais serão designados democraticamente pela respectiva repartição de origem.

Parágrafo Único. Os membros designados não podem ser em número superior e/ou inferior ao revisto no Art. 4º desta Lei.

Art. 7º. São membros componentes da Comunidade os Representantes de Associações, Conselhos e Côngeneres e/ou sociedade como especifica o Art. 4º de presente Lei, os quais são eleitos

C. de Deus



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

democraticamente pelo segmento da comunidade que representam:

Parágrafo Único. Os membros designados não poderão ser superior ou inferior ao disposto no art. 4º desta Lei

Art. 8º. Cada Conselheiro titular deverá dispor de Suplente, os quais deverão ser designados e eleitos quando da eleição de seus respectivos titulares.

Art. 9º. São suplentes designados do Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico os representantes indicados, pelo Governo, de conformidade com os incisos I e II, Art. 4º desta Lei.

Art. 10. São suplentes eleitos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico os representantes da comunidade eleitos democraticamente pelos segmentos, comunidades ou entidades que se apresentam.

Art. 11. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico será de (02) anos, sendo permitida a recondução por uma única vez consecutiva.

Art. 12. Perde o mandato o Conselheiro que faltar três reuniões consecutivas sem justificativas, a qual deverá ser encaminhada por escrito ao conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico, para o devido conhecimento.

Art. 13. O Conselheiro eleito ou designado poderá renunciar ao mandato através de uma carta por escrito, evidenciando seus motivos a qual deverá a ser submetida à aprovação dos conselheiros.

Art. 14. No caso de perda ou renúncia do mandato, caberá ao Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico oficial o fato às instituições, entidades ou comunidades que o indicou ou o elegeu procedendo em seguida à efetivação do respectivo suplente.

Art. 15. O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente, ficando expressamente vedada à concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Code





ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

antecedência de no mínimo 03 (três) dias, para sessões ordinárias, e para sessões extraordinárias, conforme dispuser o Regimento Interno.

SEÇÃO II DO QUORUM DAS REUNIÕES

Art. 21. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico reunir-se-á com a presença da maioria simples de seus membros.

Art. 22. As decisões do Conselho serão tomadas pela maioria simples dos Conselheiros presentes à reunião, com exceção dos casos previstos no Regimento Interno onde serão tomadas as decisões com a aprovação da maioria simples (metade mais um) da totalidade dos membros do Conselho Municipal de Turismo.

CAPITULO VI DO PATRIMÔNIO

Art. 23. Constituem Patrimônio do Conselho:

- I - Os bens móveis e imóveis adquiridos ou doados;
- II - As subvenções de auxílio da União, do Estado e do Município;
- III - As rendas patrimoniais produzidas por investimentos e inversões financeiras, de acordo com a legislação em vigor.
- IV - Os legados, as doações e contribuições;
- V - Arrecadação de títulos.

Art. 24. No caso de extinção, o patrimônio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico reverterá para o Órgão de Turismo sem fins lucrativos, satisfeitos previamente os compromissos assumidos para com terceiros.

CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 25. A presente Lei será regulamentada por Decreto do Executivo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de sua

C. D. S.



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

publicação.

Art 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS –
ESTADO DA PARAÍBA, em 21 de dezembro de 2001.

DR. CARLOS ANTONIO ARAÚJO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

CAPITULO IV DA ESTRUTURA

SEÇÃO I DOS CARGOS

Art. 16. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico será representado por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Geral.

Parágrafo Primeiro. O Cargo de Presidente do Conselho Municipal de Turismo é privativo do Secretário Municipal de Planejamento.

Parágrafo Segundo. Os demais Membros da Diretoria serão escolhidos pelos Membros do Colegiado.

SEÇÃO II DA ASSESSORIA TÉCNICA

Art. 17. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico poderá dispor, quando necessário e dependendo do assunto abordado, de Assessoria para apoiar tecnicamente suas atividades.

Art. 18. A Assessoria Técnica deverá ser requisitada mediante a aprovação da maioria dos Conselheiros.

Parágrafo Único. Dependendo da especificidade do trabalho, e quando o assunto requerido não tiver condições de ser resolvido com apoio técnico do Município a Assessoria Técnica poderá ser remunerada.

CAPITULO V DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I DA CONVOCAÇÃO

Art. 19. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, na forma que dispuser o Regimento interno.

Art. 20. A convocação será feita por escrito, pelo Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico, com

Cardeira



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.400 - SGA/2001

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de CAJAZEIRAS, Estado da Paraíba, para o exercício financeiro do ano de 2002 e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, Estado da Paraíba, faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras DECRETA e Eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba, para o exercício do ano de 2002, discriminado nos anexos integrantes desta Lei, que estima a Receita no valor de R\$ 19.749.450,00 (dezenove milhões, setecentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta reais), e fixa as despesas em igual valor, regido pela presente Lei.

Art. 2º. A receita será realizada mediante arrecadação dos tributos, suplementos de fundos e outras fontes de renda na forma da legislação em vigor e das especificações constantes desta Lei, de acordo com os seguintes desdobramentos:

I - RECEITAS CORRENTES:

1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA:	R\$ 982.000,00
1.2	RECEITA PATRIMONIAL:	R\$ 41.000,00
1.3	RECEITA DE SERVIÇOS:	R\$ 30.000,00
1.4	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:	R\$ 13.490.750,00
1.5	OUTRAS RECEITAS CORRENTES:	R\$ 475.000,00

II - RECEITAS DE CAPITAL:

2.1	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS:	R\$ 60.000,00
2.2	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL:	R\$ 1.000.000,00
2.3	RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEF	R\$ 1.332.300,00

TOTAL GERAL DA RECEITA: R\$ 19.749.450,00

Art. 3º. A despesa será realizada na forma dos quadros analíticos constantes dos Anexos desta Lei, de modo a atender aos encargos do Município com a manutenção dos Serviços Públicos, transferências e despesas de capital, conforme discriminação abaixo:

III - DESPESAS POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

3.1	CÂMARA MUNICIPAL:	R\$ 768.000,00
3.2	SEC. GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA:	R\$ 1.021.500,00
3.3	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:	R\$ 72.000,00
3.4	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO:	R\$ 86.500,00
3.5	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO:	R\$ 903.000,00
3.6	SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA:	R\$ 829.000,00

Cardeira



CAJAZEIRAS

Nossa paixão!



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

3.7	SEC. DE CIDADANIA E PROM. SOCIAL:	R\$ 750.500,00
3.8	INST. DE PREV. E ASSIST. MUNICIPAL	R\$ 470.000,00
3.9	SECRETARIA DE SAÚDE:	R\$ 6.926.950,00
4.0	SECRETARIA DA EDUC. CULT. E ESPORTE:	R\$ 4.938.000,00
4.1	SEC. DE INFRA ESTRUT. E MEIO AMBIENTE:	R\$ 2.125.300,00
4.2	SCTrans:	R\$ 236.000,00
4.3	SEC DE DESENV. INT. DA AGRICULTURA	R\$ 557.200,00
4.4	RESERVA DE CONTIGÊNCIA:	R\$ 60.000,00

TOTAL GERAL DA DESPESA: R\$ 19.749.450,00

IV - DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO:

01.	LEGISLATIVA:	R\$ 768.000,00
04.	ADMINISTRAÇÃO:	R\$ 2.918.000,00
08.	ASSISTÊNCIA SOCIAL:	R\$ 620.500,00
09.	PREVIDÊNCIA SOCIAL:	R\$ 470.000,00
10.	SAÚDE:	R\$ 6.926.950,00
12.	EDUCAÇÃO:	R\$ 4.938.000,00
15.	URBANISMO:	R\$ 2.491.300,00
20.	AGRICULTURA:	R\$ 557.200,00
99.	RESERVA DE CONTIGÊNCIA:	R\$ 60.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 19.749.450,00

Art. 4º. De acordo com o artigo 165, parágrafo 8º, da Constituição da República Federal do Brasil, nos termos dos artigos 7º e 43, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I - firmar convênios e contratos com entidades públicas e/ou privadas, sediadas no país que possibilitem a mobilização de recursos técnicos e materiais necessários ao desenvolvimento econômico - financeiro e social do município;

II - Efetuar operações de créditos por antecipação da Receita até limite de 25% (vinte e cinco por cento), da receita estimada nesta Lei;

III - Abrir Crédito Suplementar até o valor de 10.000.000,00 (dez milhões de reais), utilizando como fonte de recursos as definidas no artigo 43, incisos I, II, III e IV da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Art. 5º. Fica criado a reserva de contingência no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) que servirá prioritariamente para suplementar a rubrica pessoal.

Parágrafo Primeiro. A reserva de contingência de que trata o CAPUT deste artigo classificado economicamente com o seguinte código até o nível de elemento.

9.0.0.0 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
 9.9.0.0 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
 9.9.9.0 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Parágrafo Segundo. A suplementação com recursos provenientes de RESERVA DE CONTINGÊNCIA não incidirá no valor autorizado e constante do inciso III, do artigo 4º da presente Lei.

Cardeira





ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Art. 6º. Para cobertura dos créditos suplementares constantes do disposto no inciso III, do artigo 4º desta Lei, o Poder Executivo poderá utilizar os recursos previstos nos incisos I, II, III e IV do parágrafo I, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17.03.64.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro do ano 2002.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA
PARAÍBA, em 26 de dezembro de 2001.

Dr. CARLOS ANTÔNIO ARAÚJO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

